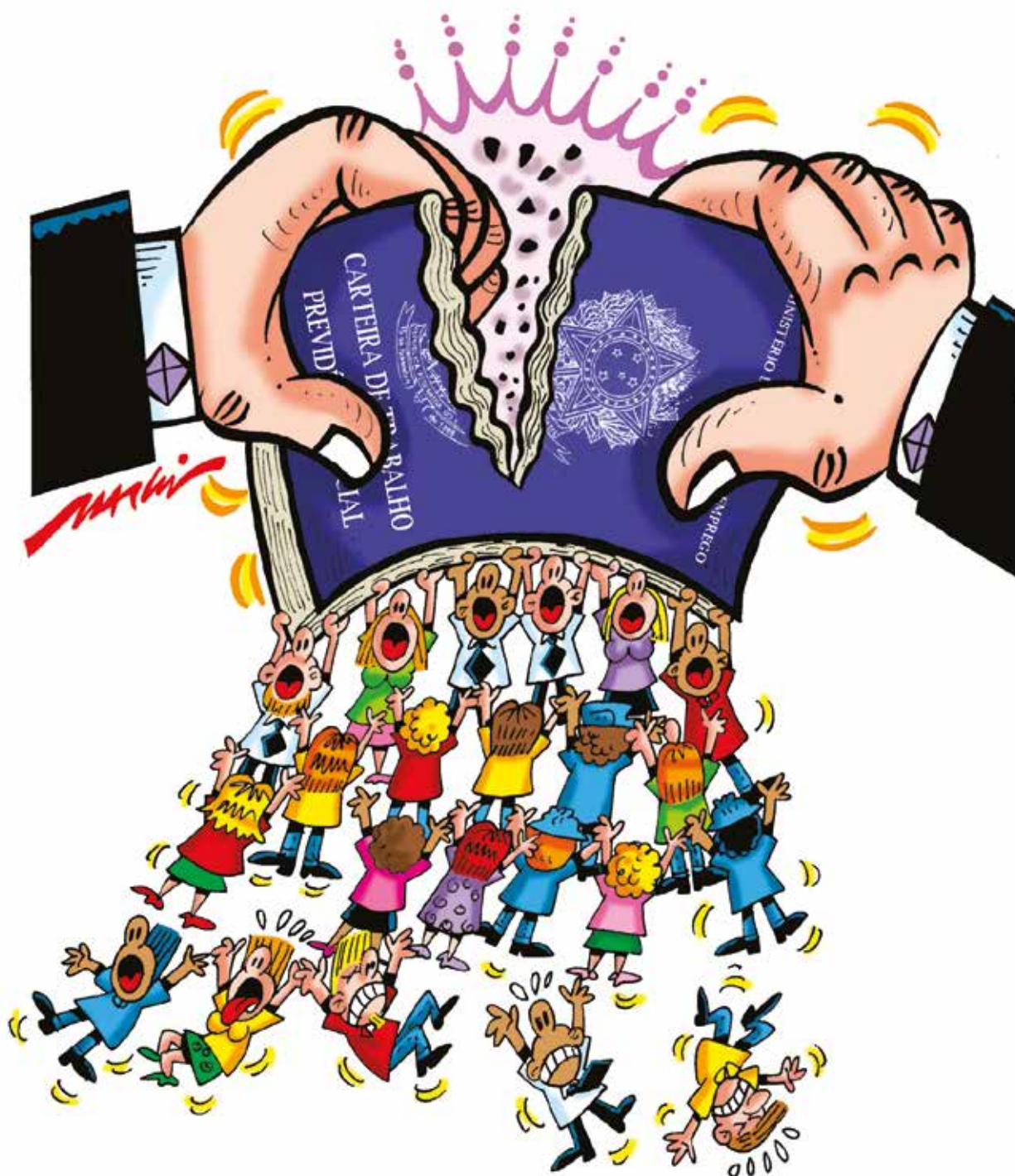


28 DE ABRIL

GREVE GERAL

O BRASIL VAI PARAR!





A VERDADE SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O governo golpista de Temer revela-se como o verdadeiro exterminador do futuro. Depois da *PEC da Morte*, que congela os investimentos em saúde (destruindo o SUS), da educação e dos programas sociais por 20 anos, agora quer acabar com o seu legítimo direito à aposentadoria. O próprio Temer se aposentou aos 54 anos e recebe R\$ 30.613,00, mas o que vale para ele não valerá para você.

A Previdência está quebrada, como diz a propaganda do governo?

Não. A Previdência não pode ser analisada isoladamente. Ela integra um sistema denominado Seguridade Social, que engloba a Previdência, Assistência Social e Saúde e possui diversas fontes de financiamento definidas constitucionalmente, não somente a contribuição de patrões e empregados. Somadas, em 2015, o resultado foi positivo em R\$ 11,2 bilhões.

Vai ter idade mínima para a aposentadoria?

Sim, caso a reforma seja aprovada, a idade mínima para a aposentadoria será de 65 anos, com no mínimo 25 anos de contribuição. A regra passará a ser igual para homens e mulheres, ao contrário do que existe hoje. Ou seja, a proposta do governo ilegítimo de Michel Temer desconsidera a desigualdade de gênero existente no mundo do trabalho. As mulheres realizam os trabalhos mais precários, têm salários em média 30% menores, jornadas de trabalho maiores (se considerada as jornadas em casa e fora dela) e permanecem menos tempo no mesmo emprego, devido à responsabilidade familiar e a ausência de políticas públicas do cuidado.

Com 65 anos, o trabalhador pode se aposentar com 100%?

Para se aposentar com 100% será necessário contribuir por 49 anos. Se você começou a trabalhar e contribuir aos 20 anos e nunca parou, conseguirá a aposentadoria integral beirando os 70 anos.

As aposentadorias especiais também serão prejudicadas?

Sim. Hoje os trabalhadores(as) expostos a atividades perigosas ou insalubres têm direito à aposentadoria integral com 15, 20 ou 25 anos de trabalho (dependendo do risco). Temer quer que esses trabalhadores contribuam por, no mínimo, 20 anos, e só se aposentem aos 55 anos. O cálculo da aposentadoria será 51% do salário médio mais 1% por ano de contribuição. Ou seja, eles ficarão mais tempo expostos ao risco e não terão mais aposentadoria integral.

Em caso de morte do trabalhador(a), os dependentes receberão pensão?

Se a Reforma for aprovada, o beneficiário(a) não poderá acumular pensão e aposentadoria. Será preciso escolher uma das duas. A pensão deve ser de 50% da aposentadoria do trabalhador falecido, mais 10% por dependente, podendo ser inferior a 1 salário mínimo.

O valor dos benefícios das aposentadorias serão os mesmos que atualmente, mesmo que se modifique as regras de acesso?

Não. Atualmente, para cálculo do "salário benefício", valor de referência pelo qual se calcula a aposentadoria, se consideram os 80% maiores salários, descartando os 20% menores salários de contribuição. Com a proposta de reforma da previdência de Temer, serão considerados todos os salários pelos quais incidiram contribuição previdenciária, inclusive os menores, o que acaba reduzindo a média. A proposta de reforma de Temer não somente aumenta o tempo necessário para ter acesso às aposentadorias, mas também está rebaixando o seu valor.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

REFORMA TRABALHISTA = TERCEIRIZAÇÃO = PERDA DE DIREITOS

Temer e seus aliados querem passar por cima das leis trabalhistas (CLT) e tirar todos os direitos da classe trabalhadora. A aprovação da Terceirização, juntamente com a reforma Trabalhista que querem impor, são um verdadeiro massacre contra os trabalhadores e trabalhadoras. Veja o que já está acontecendo:

ANTES

DEPOIS

- Intervalo para repouso e alimentação de no mínimo 1 (uma) hora.

- Intervalo para repouso e alimentação poderá ser de 30 minutos.

- Salário inferior ao mínimo apenas para quem trabalha até 25 horas por semana.

- Salário inferior ao mínimo para quem trabalha até 30 horas por semana.

- Férias anuais concedidas normalmente em um só período de trinta dias.

- Férias anuais em até três períodos, com remuneração também proporcional.

- Trabalhador recebe salário pelas horas que passa em deslocamento para a empresa quando esta fica em local de difícil acesso.

- Permite o fim do pagamento das horas gastas no transporte até a empresa.

- Jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais.

- Jornada de trabalho diária e semanal sem qualquer limite.

- Trabalho remoto segue as mesmas regras do realizado na empresa: salários, jornada, descanso etc.

- Possibilita o trabalho remoto sem garantias.

- Empresas com mais de 10 trabalhadores devem garantir o registro de ponto para evitar excesso de jornada e permitir a fiscalização pela Fiscalização do Trabalho.

- Possibilita o fim do registro de ponto.

- A anulação de cláusulas de negociações coletivas não pode prejudicar os trabalhadores pelas situações passadas.

- A anulação de acordos e convenções gera prejuízo aos trabalhadores, que terão de pagar aos patrões os supostos benefícios recebidos.

- Banco de horas de máximo 1 ano, com respeito aos limites de jornada (8h/dia e 44h/semana).

- Banco de horas pode durar indefinidamente e sem respeitar qualquer limite de jornada.

SINTTEL-ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e
Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

REAJA AGORA OU MORRA TRABALHANDO

**VENHA CONOSCO
LUTAR POR SEUS DIREITOS!**

**DIA 28 DE ABRIL
VAMOS PARAR
O BRASIL**

NENHUM DIREITO A MENOS

www.cut.org.br





11/04/2017 - Sinttel-ES

Sinttel convoca demitidos da Telemont a partir de abril/2015

O departamento jurídico do Sinttel-ES convoca todos os ex-trabalhadores da Telemont Engenharia de Telecomunicações – demitidos a partir de abril de 2015 – para ingressarem com execuções individuais na Ação de Cumprimento da CCT 2015/2016, que está tramitando, mas que tem liminar exigindo a adoção imediata da norma coletiva.

O Sinttel quer que todos os trabalhadores da Telemont e os ex-trabalhadores tenham direito de receber igualmente os benefícios, pisos salariais e reajustes que a CCT 2015/2016 pode garantir. É bom lembrar que a empresa perdeu todos os recursos que tentou em todas as instâncias da Justiça do Trabalho até agora.

O que significa receber igualmente os direitos que estão na CCT 2015/2016?

Para quem está empregado, está automaticamente contemplado na Ação de cumprimento. Porém, os ex-empregados, desligados, ou que pediram para sair, ou que se demitiram, correm o risco de perder parte desses direitos que estão na CCT por causa de uma coisa chamada PRESCRIÇÃO. É que a Justiça determina que só se pode reivindicar DIREITOS retroativos a dois anos.

Ou seja, o tempo para reivindicar os direitos dessa CCT/2015/2016 retroage a abril de 2015, que foi na mesma época que a negociação do Acordo Coletivo com a Telemont começou a fazer água e o Sinttel – com o apoio de toda a categoria – lançou mão da CCT 2015/2016 (assinada com o Sinstal – sindicato patronal). Essa norma coletiva reunia condições mais vantajosas, diante daquelas oferecidas pela empresa e que haviam sido rejeitadas pelos trabalhadores.

Prescrição: É a perda do direito de ação, ou seja, de reivindicar um direito por meio da ação judicial cabível por ter transcorrido certo lapso

temporal, que neste caso é de 2 anos.

Então não perca tempo: Você que veio ao Sinttel para fazer a homologação da rescisão, para receber os direitos pelo tempo de trabalho, volte para poder ingressar com mais uma ação judicial contra a Telemont.

Um coisa tem que ficar clara. As ações de execução para o pagamento da CCT 2015/2016 aos demitidos só vingam se o processo principal, Ação de Cumprimento da CCT 2015/2016, for vitoriosa. Se a justiça continuar decidindo em favor dos empregados, certamente os ex-empregados também terão o direito e não vão perder nada devido à prescrição.

Serviço

Procurar Oscarina, Sede do Sinttel-ES

Para sanar dúvidas:

Falar diretamente com Oscarina, ligue (27) 3223-4844.

Ou envie mensagem pelo Whatsapp e Telegram +55 27 98889-6368 conte tudo para o Diretor Biluca.

Ou vá a sede do Sinttel: Rua Alberto de Oliveira Santos, nº 42, Ed. Ames, Sala 1316, CEP 29010-910, Centro – Vitória. Você ainda pode enviar sua dúvida por e-mail sinttel@sinttel-es.org.br.

Documentos:

CTPS,

Carteira de Identidade,

Rescisão de Contrato de Trabalho,

comprovante de residência,

aviso prévio

11/04/2017 - Convergência Digital

TIM, Claro e Oi perdem 16 milhões de clientes em um ano



Segue firme o forte ajuste na telefonia móvel, com quedas consistentes no número de acessos ativos desde o pico, em meados de 2015. Com as reduções das tarifas de interconexão, que vão dispensando a necessidade dos brasileiros manterem um chip de cada operadora, associada à crise econômica, o mercado já perdeu 50 milhões de acessos pré-pagos.

Por isso mesmo, o maior impacto desse movimento tem sido nas operadoras com maior presença no mercado pré-pago. Desde que a queda começou, TIM, Claro e Oi já perderam 33 milhões de acessos ativos. A Vivo perdeu 6 milhões, mas é a única das quatro grandes em que a sangria parece ter estancado – é tam-

bém a menos dependente dos pré-pagos.

Em fevereiro deste ano, Claro e Oi até conseguiram adicionar clientes (47 mil e 71 mil, respectivamente), mas nada que compense as perdas dos últimos 12 meses (5,2 milhões e 5,7 milhões). No mês, a Tim teve a pior performance, com o desligamento de 689,5 mil chips (em um ano a perda chega a 5,1 milhões).

Como resultado, o mercado total encerrou fevereiro com 242,9 milhões de linhas de celular em funcionamento, número 15,1 milhões menor do que registrava em fevereiro de 2016 – e 40 milhões mais baixo desde que a crise do setor começou, em junho de 2015.

Nessa toada, até o 4G apresentou um crescimento bem menor. Foram 1,7 milhão de novas linhas na passagem de janeiro para fevereiro, cerca de um terço do crescimento de dezembro para janeiro (4,7 milhões) – o que já reduziu o crescimento que vinha a 170% para coisa de 120% em 12 meses.



11/04/2017 - Convergência Digital

Ação no STF pede anulação do edital de satélite da Telebras

O PDT apresenta nesta terça-feira, 11/04, um pedido ao Supremo Tribunal Federal para que anule o edital da Telebras para a venda de capacidade do satélite geoestacionário de defesa e comunicações, ou SGDC. Para o partido, a estatal não pode atuar indiretamente no mercado e, portanto, não pode comercializar com terceiros a capacidade de transmissão em banda Ka, como pretende.

“Esse ato esvazia a natureza jurídica da Telebrás, pois a abdica da posição de interventora no domínio econômico por motivo de relevante interesse coletivo, travestindo-a de mero ente intermediário, cujo desígnio passa a ser simplesmente o de gerenciar a cessão de seu patrimônio à iniciativa privada”, sustenta o PDT na Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional.

Para a legenda, “não há autorização constitucional para alienação, sob qualquer forma que seja, da atividade prestada pelo Estado”, de forma que “a finalidade da Telebrás de ‘executar outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério das Comunicações’ [como previsto na Lei 5792/72, que criou a estatal] deve ser executada diretamente por ela, sem possibilidade de qualquer transferência de domínio, sob pena de violação do princípio da legalidade”.

Diz ainda o PDT que “a operação da capacidade satelital do

SGDC ou a execução de qualquer outra atividade afim que também seja serviço de telecomunicação de regime privado (LGT, art. 126) só podem ser exploradas diretamente pela Telebrás”. E que “não foi por outro motivo que a Anatel considerou inviável a disputa na licitação do direito de exploração de satélite”.

Conclui, portanto, que “é evidente que o Edital de Chamamento Público no 1/2017 viola os preceitos fundamentais relacionados na causa de pedir, quando visa ‘a comercialização de capacidade satelital em banda KA do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC’”. E ainda que “o simples fato de o Edital representar uma escolha pela cessão da capacidade satelital esvazia a atividade da Telebrás como operadora direta”.

Sustenta também a legenda que “o risco mais iminente é o de o satélite ser lançado, mas não entrar em funcionamento na espera do desfecho de um procedimento licitatório que não se coaduna com a finalidade legal a ser cumprida pela Telebrás”.

Por esse risco, pede o PDT que o STF conceda liminar imediata para que a Telebras suspenda o processo licitatório. E, no mérito, depois de ouvidas as partes e o Ministério Público, que seja declarada a nulidade do Edital de Chamamento Público 1/2017.

11/04/2017 - Telesíntese

Oi terá apenas um administrador judicial

Escritório de advocacia Arnoldo Wald vai acumular a administração judicial financeira da Oi, após demissão da PwC e a BDO recusar a função. Oi avisou ao mercado, também na noite de ontem, que não tem qualquer decisão tomada sobre acrescentar uma possível capitalização ao plano de recuperação proposto pelo conselho de administração.

O escritório de advocacia Arnoldo Wald vai concentrar todas as funções de administrador judicial da Oi, decidiu ontem, 10, o juiz Fernando Viana, da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro – na qual tramita a ação.

A nomeação acontece cerca de uma semana após o magistrado demitir a Pricewaterhouse Coopers por alegada falta de confiança. Ele indicou, então, a BDO para a função

– mas a consultoria declinou, pois no mesmo dia foi contratada pela própria Oi para ser a auditora externa de seus resultados no Brasil.

A decisão do juiz foi tomada em reunião com o escritório de advocacia e o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). Como o trabalho de administração ficará concentrado em uma só empresa, o juiz determinou que fosse aplicada uma redução de 30% sobre o saldo da remuneração que cabia ao administrador judicial financeiro, o que trará um benefício econômico às empresas recuperadas e aos credores.

A Oi pediu recuperação judicial em junho de 2016. Na época, tinha endividamento total de R\$ 65,4 bilhões.

Leia mais em: <http://migre.me/wqele>

11/04/2017 - Telesíntese

Multinacionais brasileiras de TI vão à luta pela desoneração da folha

Stefanini, TOTVS, BRQ e Resource unem-se para resgatar desoneração na folha de pagamento e falam em demissão de 83 mil trabalhadores

As maiores empresas brasileiras de TI, Stefanini, TOTVS, BRQ e Resource, com o apoio da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), se uniram para sensibilizar a sociedade e o Governo Federal quanto à manutenção da política de desoneração da folha de pagamento para o setor. O objetivo deste movimento é garantir que o setor permaneça com a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a receita bruta, mantendo assim a competitividade das empresas e as perspectivas de crescimento e geração de empregos.

No último dia 30 de março, foi publicada Medida Provisória determinando o fim da tributação substitutiva, visando minimizar o crescente déficit das contas públicas. De acordo com dados consolidados

pela Brasscom, enquanto esse regime tributário vigorou, entre 2010 e 2015, foram gerados mais de 95 mil empregos no setor de TI, com forte formalização de mão de obra. A remuneração cresceu 14,3% ao ano, no período, atingindo R\$ 28,8 bilhões, enquanto a receita bruta chegava a R\$ 78,1 bilhões, experimentando um crescimento anual de 12%.

Para Sergio Paulo Gallindo, Presidente Executivo da Brasscom, “os números mostram que a desoneração foi estruturante para o setor na medida em que aumentamos o faturamento das empresas, elevamos a remuneração dos nossos trabalhadores e, principalmente, crescemos e formalizamos a força de trabalho, o que redundou em maior arrecadação para o Governo”.

Leia mais em: <http://migre.me/wqeKm>



11/04/2017 - CUT

Greve geral: tudo vai parar dia 28 de abril

Setor de transportes aprovou a paralisação contra reformas e terceirização. A mobilização da categoria entrará para história.

Os sindicatos e federações dos setores aéreo (aeroviários e aeroportuários), rodoviário/condutores, portuário, metroviário e agentes de trânsito filiados à CNTTL/CUT de várias regiões do país participaram nesta segunda (10) de Plenária Nacional do Ramo dos Transportes. Foi deliberada a organização dos protestos para a greve geral no Dia 28 de Abril contra as reformas da previdência, trabalhista e a Lei da Terceirização Irrestrita. A atividade aconteceu em frente à sede da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários da Nova Central Sindical, na Santa Ifigênia, bairro

da capital paulista, e reuniu dirigentes das demais centrais sindicais.

Vagner Freitas (terceiro da direita pra esquerda) comemora a paralisação do setor de transportes no dia 28. Vagner Freitas (terceiro da direita pra esquerda) comemora a paralisação do setor de transportes no dia 28. O presidente da CNTTL, Paulo João Eustasia, o Paulinho da CUT, está otimista com a mobilização do dia 28. "Essa greve geral vai marcar a história do nosso país por conta da unificação de todas as centrais. Temos que estancar essa devastação feita pelo governo golpista contra os traba-

lhadores. Eu nunca vi antes na história do transporte essa unidade e a determinação para fazer essa mobilização. O empenho de todas as categorias será fundamental. Não podemos falhar, todos devem articular suas bases para essa importante luta", alerta Paulinho.

Resistir e lutar

Em seu discurso, o presidente da CUT, Vagner Freitas, ressaltou que o golpe não foi contra a presidenta Dilma, mas sim, contra os trabalhadores e a organização sindical brasileira.

Leia mais em: <http://migre.me/wqdZF>

11/04/2017 - CUT

Vagner Freitas: recuos na Previdência não evitarão greve geral

Presidente da CUT comenta alterações em proposta dos golpistas

Para reduzir as resistências em sua base, o governo fará novos recuos na proposta de reforma da Previdência, depois das cinco mudanças anunciadas na semana passada. Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, estas mudanças pontuais não evitarão a greve geral do dia 28, contra as reformas previdenciária e trabalhista, que vem ganhando adesões de sindicatos de várias categorias. "Não queremos a reforma ligeiramente menos pior. Queremos que o Temer retire a emenda do Congresso e sente-se conosco para negociar com transparência, abrindo honestamente os números da Previdência", diz Freitas em conversa com o 247.

Segundo o relator, deputado Otto Maia, o governo agora admite reduzir de 65 anos para 60 anos a idade mínima de aposentadoria para professores, policiais e trabalhadores no campo. Haverá ainda uma regra de transição para o novo regime, para os que já contribuíram com a expectativa de se aposentarem sob as regras atuais, e novas regras para os idosos e deficientes pobres que recebem o BPC – Benefício de Prestação Continua-

da. Este BPC não é beneficiário previdenciário, mas benefício social da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) mas mesmo assim o governo vai mexer nele, reduzindo o valor e endurecendo as condições de acesso.

Vagner comentou também algumas das propostas da reforma trabalhista já confirmadas pelo relator, deputado Rogerio Marinho. Atacou duramente a proposta de criação da categoria do "trabalho intermitente", pelo qual o trabalhador é remunerado apenas pelas horas trabalhadas.

- Isso é a recriação urbana do antigo boia-fria. É regulamentar o bico. Quem trabalha por hora não tem emprego, tem bico. É a volta ao século 19, ao início da revolução industrial, quando os trabalhadores eram praticamente escravos das empresas. Este trabalhador horista será como um jogador de futebol que fica no banco de reserva, podendo entrar em campo a qualquer hora, mas ganhando apenas pelos minutos que jogar. Quem vive nestas condições não tem como organizar sua vida. Não sabe quanto vai ganhar no final do mês, não sabe de que

tempo poderá dispor para estudar ou ficar com a família. Isso é completamente inaceitável. Só um governo de cinismo ilimitado como o de Temer pode propor algo parecido. É a precarização completa do trabalho, o retorno à República Velha, quando não havia CLT.

Na preparação da greve geral, a CUT e outras centrais reuniram ontem em São Paulo sindicatos de trabalhadores em transportes de todas as modalidades: rodoviários, ferroviários, metroviários, aeronautas e marítimos.

- Todos estão com grande disposição para a greve do dia 28, que será uma resposta vigorosa dos trabalhadores a estas reformas do Temer. Vieram sindicatos da capital e do interior. Reuniões semelhantes estão sendo feitas com diferentes categorias em todos os estados. E estamos recebendo apoio crescente da sociedade civil, como da Igreja Católica, da Igreja Anglicana e da OAB – relata o presidente da CUT.

As centrais estão trabalhando juntas pela greve. A Força Sindical, que vinha convocando apenas uma "paralisação", acabou de adotar a palavra de ordem greve geral.



11/04/2017 - Vermelho

Samarco terá que pagar R\$1 milhão por atraso em retirada de rejeitos

O Comitê Interfederativo, que fiscaliza os trabalhos de reparação dos danos causados pela tragédia de Mariana (MG), manteve a multa aplicada à mineradora Samarco pelo descumprimento de acordo que previa a retirada dos rejeitos na Usina de Candonga, em Santa Cruz do Escalvado (MG). A empresa terá que pagar R\$1 milhão, mais R\$50 mil por dia de atraso na remoção dos sedimentos.

Há no local cerca de 10 milhões de metros cúbicos de lama. A multa foi aplicada em fevereiro, quando o Comitê Interfederativo avaliou que o prazo para a retirada dos sedimentos nos primeiros 400 metros a partir do barramento da Usina de Candonga não

havia sido cumprido conforme pactuado em um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta. No entanto, a mineradora recorreu. O recurso foi julgado há duas semanas e negado. O resultado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na última sexta-feira (7).

A tragédia de Mariana ocorreu em 5 de novembro de 2015, quando a barragem de Fundão, pertencente à Samarco, se rompeu e espalhou os rejeitos no meio ambiente. Considerado a maior tragédia ambiental do país, o episódio provocou devastação da vegetação nativa, poluição da bacia do Rio Doce e des-

trução dos distritos de Bento Rodrigues e de Paracatu, além de outras comunidades.

Dragagem

Em nota, a Samarco informou que está analisando a decisão do Comitê Interfederativo e que segue realizando a dragagem na Usina de Candonga. "Até o momento, foram retirados cerca de 700 mil metros cúbicos, volume maior do que era previsto para ser retirado nos primeiros 400 metros desde o barramento de Candonga. A Samarco reforça que o período chuvoso contribuiu para o aumento do carreamento de rejeitos no local", acrescenta o texto.

Leia mais em: <http://migre.me/wqf3I>

11/04/2017 - Vermelho

Carf libera Itaú de pagar R\$25 bi em tributos; rombo recai sobre povo

Enquanto o governo federal alardeia que enfrenta grave crise nas contas públicas, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) decidiu que o Itaú não precisa pagar impostos pela fusão com o Unibanco. Com isso, a Receita Federal deixará de arrecadar R\$ 25 bilhões. O valor equivale a 60% do corte de R\$ 42 bilhões que a gestão anunciou para cumprir a meta fiscal de 2017. É o retrato do Brasil atual, que abre mão de receitas bilionárias e faz o povo pagar o rombo com sua aposentadoria.

O Itaú Unibanco foi processado por su-

posto ganho de capital gerado na fusão que, para a Receita Federal, deveria ser tributado. A autuação tinha como objetivo cobrar o recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Mas, nesta segunda (10), por 5 votos a 3, o Carf decidiu que não houve ganho de capital na operação e, portanto, não haveria razões para a Receita cobrar esses tributos. Vinculado à Receita Federal, o Carf julga, administrativamente, a cobrança de multas e de tributos em atraso. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pretende recorrer da decisão.

O fisco avalia que a fusão entre os dois bancos teria gerado um ganho de capital de cerca de R\$ 17 bilhões para o Itaú. Isso porque, em 2008, os acionistas do Unibanco teriam vendido suas ações para a holding do Itaú por algo em torno de R\$ 12 bilhões, valor que estaria abaixo do preço de mercado. Depois, o banco Itaú teria adquirido as ações da holding por um valor mais alto: R\$ 29,4 bilhões. A diferença, para a Receita, é ganho de capital que deveria ser tributado.

Leia mais em: <http://migre.me/wqf5u>

11/04/2017 - Vermelho

Reforma trabalhista terá impacto maior que a da Previdência

Em seminário realizado pelo PCdoB, especialistas alertam que reforma trabalhista altera sistema de relações de trabalho, aumenta rotatividade no mercado e pode inviabilizar o acesso à aposentadoria.

Apesar da pouca mobilização, a reforma trabalhista (PL 6787/16) pode afetar de forma muito mais significativa a vida dos brasileiros do que a reforma da Previdência. A afirmação de Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), foi feita nesta terça-feira (11), durante seminário promovido pela

liderança do PCdoB na Câmara para debater as reformas de Michel Temer.

"A reforma da Previdência é uma questão de justiça social. Mas as pessoas ainda não atentaram que a abrangência da reforma trabalhista, a depender do relatório que será apresentado, pode ser muito maior, pois ela altera todo o sistema de relações de trabalho e cria um ambiente favorável, que pode ser de décadas, para a exploração da nossa riqueza, da nossa força de trabalho para gerar riqueza para os outros. Coisa que fazemos desde 1500", alertou.

Segundo ele, o PL 6787/16 propõe uma

mudança estrutural em toda a forma de produção econômica do país. "Ele é suficientemente abrangente para alterar o padrão de produção econômica, seja em termos das condições de trabalho e das distribuições dos resultados, dos ganhos. Seu impacto poderá ser muito grande, a depender do que sair desta Casa, reduzindo o papel do sindicato, ao limitar sua capacidade de intervenção; autorizando a negociação e, assim, reduzindo o que a legislação duramente construiu ao longo de décadas", pontuou Clemente.

Leia mais em: <http://migre.me/wqf7x>

30 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, QUARTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2017

Política

LISTA DE FACHIN

Ricardo recebeu R\$ 400 mil de caixa 2, dizem delatores

Dois ex-executivos da Odebrecht afirmam ter repassado a quantia ao tucano, apelidado de "Duro", durante a campanha de 2010 ao Senado

Vitor Carletti

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) teria recebido R\$ 400 mil por meio de caixa 2 na campanha de 2010. É o que afirmaram em delação premiada dois ex-executivos da Odebrecht, Benedicto Barbosa da Silva Junior, o BJ, e Sérgio Luiz Neves.

Relator da Operação Lava a Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Edson Fachin autorizou a abertura de inquérito contra 98 pessoas.

RICARDO FERRAÇO é um dos 24 senadores que será investigado pela Procuradoria-Geral da República



Ricardo é um dos senadores que será investigado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que ao final dos inquéritos terá a opção de oferecer denúncia ao STF contra os acusados de receber dinheiro ilegal da empreiteira ou arquivar os casos.

"Relatam esses colaboradores o pagamento de vantagens não contabilizadas no âmbito da campanha eleitoral de Ricardo Ferraço ao Senado, em 2010. Esclarecem que teriam sido pagos R\$ 400 mil por meio do Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht, sendo o beneficiário identificado no sistema com o apelido de 'Duro'", diz trecho do inquérito dos dois ex-executivos.

O Setor de Operações Estruturadas é conhecido como o departamento criado pela Odebrecht para pagar propina por meio de doação legal a políticos.

Na prestação de contas da cam-

panha de 2010 do senador, não há informação de doação da Odebrecht, como consta no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Outro capixaba na lista de Fachin é o ministro de Indústria, Comércio Exterior e Serviços Marcos Pereira (PRB), que é acusado de receber R\$ 7 milhões por meio do departamento da propina. As acusações partiram das delações dos ex-executivos Marcelo Odebrecht (ex-presidente da empreiteira), Alexandrino Alencar, Fernando Reis e Hildeberto Mascarenhas.

Segundo o Ministério Público Federal, os colaboradores afirmaram que o ex-ministro Guido Mantega teria pedido o acionamento de líderes dos partidos Pros, PRB, PCdoB e PDT a fim de propiciar o custeio das legendas para que a candidatura da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) tivesse mais tempo de televisão.

"No que se refere ao pagamento de R\$ 7 milhões em favor do PRB, apontam os colaboradores que esse repasse foi realizado diretamente ao ministro de Estado, Marcos Pereira", diz o inquérito.

Por nota, ele negou as acusações, disse que age dentro da lei e que está à disposição da Justiça para prestar esclarecimentos.

O QUE DIZEM INQUÉRITOS

Sobre Ricardo Ferraço

> "O PROCURADOR-GERAL da República (Rodrigo Janot) requer a abertura de inquérito para investigar fatos relacionados ao senador da República Ricardo Ferraço, em razão das declarações prestadas pelos colaboradores Sérgio Luiz Neves e Benedicto Barbosa da Silva Junior"

> "RELATAM esses colaboradores o pagamento de vantagens não contabilizadas no âmbito da campanha eleitoral de Ricardo Ferraço ao Senado Federal no ano de 2010. Esclarecem que teriam sido pagos R\$ 400 mil, por meio do Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht, sendo o beneficiário identificado com o apelido de 'Duro'".

Sobre Marcos Pereira

> SEGUNDO o Ministério Público, nararam os colaboradores o pagamento de vantagem indevida no contexto da campanha eleitoral de Dilma Rousseff (PT) à Presidência da República, no ano de 2014. Relatam, nesse tema, o pagamento de R\$ 24 milhões solicitados pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega, sendo os repasses implementados por intermédio do Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht.

> "NO QUE se refere especificamente ao pagamento de R\$ 7 milhões em favor do PRB, apontam os colaboradores que esse repasse foi realizado diretamente ao ministro de Estado Marcos Pereira", diz o inquérito sobre o ministro.

"É mentira", diz Hartung

11/04/2017 - Veja

Governador do ES levou R\$ 1 milhão da Odebrecht, diz delator

Ex-presidente da Construtora Odebrecht afirma em delação que "pagamentos indevidos" a Paulo Hartung foram realizados durante as campanhas de 2010 e 2012

No acordo de delação homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-presidente da Construtora Odebrecht Benedicto Barbosa da Silva revela que o governador do Espírito Santo, Paulo César Hartung Gomes, recebeu 1 milhão de reais da empreiteira durante as campanhas eleitorais de 2010 e 2012. Segundo o delator, os "pagamentos indevidos" foram realizados em parcelas nos meses de setembro de 2010 e setembro de 2012. Na decisão em que determina a retirada do sigilo da decisão, o ministro Edson Fachin acata o pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para que os depoimentos – bem como os documentos juntados na delação – que citam o governador capixaba sejam remetidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em nota, Hartung afirmou que não disputou as eleições de 2010 e

2012. "Portanto, é mentirosa a informação de que teria recebido recursos da construtora Odebrecht nesses dois pleitos", disse.

Confira as acusações feitas pelos delatores nos inquéritos abertos pelo STF e clique em leia mais para saber o que pesa cada um (a lista está sendo atualizada):

GERALDO ALCKMIN, GOVERNADOR DE SÃO PAULO (PSDB) – governador usava cunhado para receber propina (<http://migre.me/wqgLS>)

AÉCIO NEVES, SENADOR (PSDB-MG) – senador teria recebido mesada de até 2 milhões de reais (<http://migre.me/wqgMO>)

Leia mais em: <http://migre.me/wqgOf>